

O DIREITO INTERNACIONAL DAS ÁGUAS E A CONVENÇÃO DE ALBUFEIRA DE 1998 SOBRE AS BACIAS HIDROGRÁFICAS LUSO-ESPANHOLAS

António GONÇALVES HENRIQUES

*Professor Associado Convidado do Instituto Superior Técnico, Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura
Investigador Coordenador do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Departamento de Hidráulica e Ambiente*

RESUMO

Analisa-se a evolução da gestão da água a nível internacional, focando as orientações fundamentais, desde as regras do direito costumeiro de acesso e uso da água até aos princípios do direito do ambiente emergente nos últimos trinta anos e apresenta-se a forma como estes princípios foram considerados nos principais instrumentos do direito internacional: a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito dos Usos Distintos da Navegação dos Cursos de Água Internacionais e a Convenção da CEE/ONU sobre Protecção e Utilização dos Cursos de Água Transfronteiriços e dos Lagos Internacionais.

Analisa-se também a evolução do direito comunitário da água, desde a primeira geração de directivas dos anos 70 até à Directiva-Quadro da Água.

Neste contexto é analisada a Convenção sobre Cooperação para a Protecção e Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas, no quadro dos instrumentos jurídicos que regulam as relações Luso-Espanholas nas questões da água.

Conclui-se analisando as perspectivas que se abrem da gestão da água em Portugal, designadamente através da aplicação dos instrumentos jurídicos referidos.

Palavras chave: Recursos Hídricos, Direito do Ambiente, Direito da Água, Convenção Luso-Espanhola, Directiva-Quadro da Água.

ABSTRACT

The evolution of the main principles of water resources management at the international level is analysed, from the customary rules of law of water use to the principles of the environmental law that emerged in the last thirty years. It is presented how these principles have been considered in the main instruments of international law: the United Nations Convention on the Law on Non-Navigational Uses of International Water Courses and the UNECE Convention on the Protection and Use of Transboundary Water Courses and International Lakes.

The evolution of water Community law is also reviewed, from the first generation of directives of the 70's to the Water Framework Directive.

In this context, the Convention on Co-operation for the Protection and Sustainable Use of the Waters of the Portuguese-Spanish Convention is also analysed, in the context of the legal instruments ruling the relations between Portugal and Spain in water issues.

In conclusion, the main perspectives of water management in Portugal are analysed, taking into account the application of the legal presented.

Key words: Water Resources, Environmental Law, Water Law, Portuguese-Spanish Convention, Water Framework Directive.